

A transformação histórica dos movimentos sociais e a (re)significação de seus espaços de atuação no século XXI

La transformación histórica de los movimientos sociales y la (re)significación de sus espacios de acción en el siglo XXI

The historical transformation of social movements and the (re)significance of their spaces of action in the 21st century

Mike Ceriani de Oliveira Gomes¹

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Brasil)

mikegd1@hotmail.com

Fecha de recepción: 4 de febrero de 2021

Fecha de recepción evaluador: 19 de abril de 2021

Fecha de recepción corrección: 23 de junio de 2021

Resumen

Este artículo analiza históricamente la evolución de los movimientos sociales, a partir de mayo de 1968, en París, Francia. Su principal objetivo es señalar las influencias que las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs) vienen generando en el

¹ **Mike Ceriani de Oliveira Gomes:** Estudiante de Maestría en Educación de la Universidad Estatal de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP / Marília); Miembro del Grupo de Investigación Organizaciones y Democracia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7039-1137>

funcionamiento de los movimientos sociales, así como el potencial para generar nuevas agendas sociales y nuevos movimientos basados en estas TICs. Al final de la revisión literaria se hace un breve análisis de lo que eventualmente diferenciará los viejos movimientos sociales de los años 60 y los nuevos, que comenzaron a organizarse a través de las redes sociales. En conclusión, el autor presenta breves análisis de las nuevas TICs en uso por los movimientos y grupos sociales que representan amenazas a las agendas sociales y científicas, sugiriendo nuevas discusiones para el mejoramiento de internet como modalidad de reivindicación y activismo social.

Palabras-clave: Movimientos sociales; Tecnologías de la Información y Comunicación; Evolución histórica.

Abstract

This article historically analyzes the evolution of social movements, starting from May 1968, in Paris, France. Its main objective is to point out the influences that Information and Communication Technologies have been generating in the way social movements operate, as well as the potential to generate new social agendas and new movements based on these technologies. At the end of the literary review, a brief analysis is made of what would eventually differentiate the old social movements of the 60s and the new ones, which started to organize themselves through social networks. In conclusion, the author presents brief analyzes of the new technologies in use by social movements and groups that represent threats to social and scientific agendas, suggesting new discussions for the improvement of the internet as a form of claim and social activism.

Keywords: Social movements; Information and Communication Technologies; Historical evolution.

Resumo

O presente artigo analisa historicamente a evolução dos movimentos sociais, tendo como ponto de partida o mês de maio de 1968, em Paris, França. Seu principal objetivo é apontar as influências que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) vêm gerando no modo de atuação dos movimentos sociais, bem como o potencial gerador de novas pautas sociais e de novos movimentos a partir dessas TICs. Ao fim da revisão literária, é feita uma breve análise acerca do que eventualmente venha a diferenciar os antigos movimentos sociais dos anos 60 e os novos, que passaram a se organizar a partir das redes sociais. Em conclusão, o autor apresenta breves análises das novas TICs em uso de movimentos sociais e de grupos que representam ameaças a pautas sociais e científicas, sugerindo novas discussões para o aperfeiçoamento da internet enquanto modalidade de reivindicação e ativismo social.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Tecnologias da Informação e da Comunicação; Evolução histórica.

Considerações iniciais

A compreensão geral sobre a atuação dos movimentos sociais pode não se dar apenas pela discussão de suas pautas e conjunturas, mas muitas vezes pela forma como se acercam à sociedade. Com o passar do tempo, novos elementos trouxeram discussões às pesquisas sobre a comunicação dos movimentos sociais, pesquisas que ganham inserção de abordagens interdisciplinares como as ciências tecnológicas, a cultura, a filosofia e a sociologia.

Andión (2015) destaca que a internet e as redes facilitaram a disseminação de material de pequenos produtores do mercado audiovisual cujas demandas foram sempre existentes. Toma-se como exemplo a popularização de movimentos sociais internacionais que carregavam em suas concepções as lutas e anseios da agenda feminista e de pautas ainda mais amplas relacionadas às questões de gênero, no cinema e nas artes, de uma maneira geral.

Para Fidalgo (2015), um dos pontos bem destacados no avanço da internet em termos de socialização é a nova forma de se organizar as massas, em específico os movimentos sociais atuantes em redes. As redes sociais contribuíram muito para o crescimento ilimitado de muitos movimentos, e em alguns casos em seus mecanismos de autoproteção (este é o caso dos grupos mais fechados, como movimentos religiosos e alguns movimentos políticos).

O autor complementa que o fenômeno das massas organizadas é historicamente muito mais antigo do que as redes sociais conectadas à internet e, em adição, torna-se importante compreender as principais diferenças nessa nova modalidade. Um dos pontos é que o exercício da violência física se converte em abuso verbal e psicológico. Em tese, não seria uma agressão física, mas esse tipo de pressão nas redes em determinadas situações tem como consequência o suicídio, partindo de grupos que objetivam a destruição moral de movimentos e ideólogos antagônicos.

Segundo Rüdiger (2015), não se pode tratar o tema redes sociais sem tratar o tema independência, ou seja, uma alternativa ao civil para ler o mundo e desenvolver suas próprias percepções sobre o mesmo, sem uma interferência direta de mídias mais tradicionais. Nesse novo cenário, os usuários das redes sociais atuam como produtores de conteúdo e de influenciadores digitais, podendo estabelecer pontes entre a internet e as mídias tradicionais, dando a elas, conseqüentemente, uma nova roupagem, fenômeno popularmente conhecido como convergência midiática. Esse modelo, porém, não está imune a críticas.

Na ótica de Gonzáles (2015), o erro nos estudos a respeito da evolução dos novos modelos de comunicação é focar muito nas novas ferramentas e pouco no processo social até esses modelos. Uma verdadeira revolução se dará a partir da reinvenção das arquiteturas culturais e, a partir daí, as deliberações, expressão popular, demandas sociais de movimentos com forte representação da sociedade civil e bem organizados etc.

O avanço das tecnologias da comunicação também ocorre na socialização interpessoal. Baitello Junior (2015) diz que nas redes sociais, por exemplo, a vivência social torna-se cada vez mais artificial, mediante tristezas, alegrias, frustrações, anseios, entre outros sentimentos expressados por usuários que o fazem para de alguma forma socializar a partir deles, também entra um mercado que capitaliza esta nova dinâmica social. Com isso, empresas canalizam os sentimentos das massas virtuais, buscando aí vantagens competitivas no mercado.

Kerckhove (2015) acrescenta que outro problema nesse modelo de sociedade cada vez mais digitalizada é o interesse que diversos agentes podem ter em dados que correm muitas vezes sem controle pela internet (dados acessíveis a quem tem domínio sobre as tecnologias da informação), o que acarreta em uma série de riscos aos envolvidos direta ou indiretamente no processo de produções de conteúdo, organização, comunicação interpessoal entre membros de movimentos sociais etc.

O estudo dessas mídias deve contemplar também o estudo das estruturas midiáticas de forma geral: mídia, mediação e midiatização. De acordo com Bastos (2012), o conceito de media é normalmente empregado para se referir aos estudos tradicionais de *mass media* que compreendem imprensa, rádio, televisão e novas mídias; a mediação seria o processo em que os meios de comunicação ganham forma; e midiatização seria um processo de longa duração que inclui a mediação e que é formado pela contínua ação midiática acerca de determinado objeto.

Braga (2012) divulga estudos capazes de levarem à leitora e ao leitor um entendimento de que as relações entre antigas e as recentes ferramentas de comunicação midiática não se contrapõem como se fossem caracterizadores de diferentes mundos. Cada circuito contempla diferentes articulações entre o massivo e o digital, mas um não tem a capacidade direta de dissipar o outro.

Segundo Santaella (2015), o pós-digital e o pós-mídia já atingiram uma fase adulta, mas não de completa maturidade. Com isso, a professora e pesquisadora esclarece que esses mecanismos devem passar por uma rígida avaliação na qual se exponham todas as suas qualidades e defeitos, para que se saiba até que ponto as expectativas lançadas nas novas interfaces de comunicação vêm sendo atendidas e, nesse conjunto, em quais características ainda se precisa trabalhar.

Pensar nesse escancarado cenário pós-digital enquanto transformador dos processos sociais, a análise da cultura pode trazer bons exemplos de câmbios a partir das redes. Barros (2012) afirma que as percepções de tempo e de espaço são definidas a partir da cultura que, por sua vez, cria novas realidades de percepção social, isso porque nas dinâmicas culturais da sociedade contemporânea as mídias ocupam lugar hegemônico. O autor lembra que diversos pesquisadores que se debruçam sobre o tema midiatização apontam que as dinâmicas culturais podem guiar pesquisas que respondam o desenvolvimento de uma “nova forma de sociabilidade”. Hoje se vive uma cultura midiatizada.

Observando um campo mais específico de comunicação em movimentos sociais, o professor e pesquisador Martino (2012) mostra o potencial do pós-digital na interação religiosa, que assim como diversas agendas políticas, e no âmbito cultural, traz uma nova roupagem à forma como se realiza. O ambiente religioso, que antes saía de templos e iam para os rádios e televisões, agora têm seu público também conectado a eles via internet. Com isso, as instituições religiosas promovem seus eventos artístico-religiosos, inspirados em eventos midiáticos, além de outras maneiras similares que os dão a possibilidade de atuarem em sua própria mídia, alternativa e acessível.

Guindani e Morigi (2012) problematizam a relação entre a mediação e as novas tecnologias da informação e da comunicação no contexto das lutas agrárias partidas de movimentos sociais como o MST. Segundo os autores, essas novas tecnologias ampliam a midiatização social desses grupos. Contudo, suas manifestações nas ruas, por muitas vezes chamadas de “romarias”, seguem lado a lado com o avanço de suas lutas na rede, conservando repertórios fundamentais e imutáveis e ao mesmo tempo se modernizando de acordo com as novas tendências das grandes massas.

Paiva (2012) trata movimentos sociais conjunturais como o Occupy Wall Street e a Primavera Árabe no processo de tomada da internet, em específico das redes sociais como um conector para as ruas. Segundo o autor, a possibilidade de agregar a grande massa à dinâmica dos movimentos torna-se mais fácil e viável a partir das redes com a entrada dos movimentos conjunturais. Porém, o espaço virtual de organização de militâncias, devido à sua força, também se apresenta como atrativo a agentes antagônicos aos movimentos sociais, convertendo o espaço virtual em um campo de conflito de interesses.

Com base nesta exposição descritiva, este artigo tem por objetivo expor o amadurecimento dos movimentos sociais no decorrer da história, bem como o surgimento de novos movimentos alicerçados no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Serão traçadas, portanto, algumas relações entre esses dois eixos, seja na forma de atuação dos movimentos mais antigos ou na concepção dos movimentos mais recentes a partir das TICs.

Algumas características gerais dos movimentos sociais

Um movimento social pode ser concebido “de um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade, grupo de interesses etc.”, onde constroem seus vínculos, reflexões, relações fraternais e sentido para a organização e para o agir coletivo (Gohn, 2017, p. 19).

Para Castells (2017, p. 355), os movimentos sociais “são formados pela comunicação de mensagens de raiva e esperança” e muitas vezes são moldados pelas estruturas de comunicação de cada sociedade, e esta é uma das razões pelas quais o surgimento de novas TICs vem a ditar novas perspectivas para o estudo que acerca os modelos de comunicação estratégica dos movimentos sociais.

Segundo Costa (2014, p. 18), os movimentos sociais são caracterizados por suas posições antagônicas aos projetos de organização social, política, jurídica e a “materialização dos anseios da busca da boa vida”, reivindicando uma nova ordem de caráter social e estatal.

Trata-se de características originárias incorruptíveis – ao menos quando se fala em movimentos estruturais, sustentados em anseios de longo prazo, os modelos de comunicação apenas influenciam a atuação dos movimentos.

Ainda que alterem os veículos de comunicação e as culturas de cada sociedade, esta fórmula idealizadora dos movimentos sociais se mantém intacta, mesmo em diferentes cenários e conjunturas políticas. Jasper (2016, p. 23) reforça que os movimentos sociais vêm a ganhar visibilidade pela realização de “esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais normais sancionados pelas autoridades”.

Tendo por característica o embate às instituições e possíveis falhas no sistema sociopolítico vigente, que vão de desencontro aos seus objetivos e ideais, Gohn (2014) aponta que movimentos sociais devem ter cautela caso venham a se institucionalizar, visto que correm o risco de perder autonomia para as mesmas instituições que buscam persuadir em suas ações.

Outras preocupações já se apresentaram como maior empecilho na atuação dos movimentos. Ao tomar como exemplo os movimentos sociais latino-americanos, percebe-se a construção de novos projetos sociais, cuja penetração na sociedade civil apresenta dificuldade, mas ainda se sustentam em ideais democráticos e antiautoritários (Goss; Prudêncio, 2004).

Os antigos movimentos sociais

Partindo da observação de que a identidade é característica fundamental até a construção de um movimento social, sendo sua organização uma reação antagônica ao ataque à identidade, é possível compreender os eventos que antecedem as principais ações de rua relatadas na história.

Em maio de 1968 em Paris, na França de Charles de Gaulle (1890-1960), se inicia uma jornada que vem a se tornar ponto de partida para a produção de historiadores e sociólogos interessados nos Movimentos Sociais. Ponge (2010) recorda que tudo teve início com uma série de implementações de De Gaulle que afetariam os interesses, sobretudo, de trabalhadores. De acordo com o autor, tais medidas haviam ocorrido ainda em 1963. O que torna mais visível uma luta por direitos, porém, é quando cinco anos depois, estudantes da universidade parisiense Sorbonne aderem à luta dos trabalhadores, levando também suas pautas. Dentre as ações em oposição às medidas de De Gaulle, destacam-se uma greve geral de mais de dez milhões de estudantes e trabalhadores iniciada em três de maio de 1968 e uma passeata em Paris que juntou aproximadamente 500 mil manifestantes opositores ao presidente. As pautas dos manifestantes e grevistas

não foram atendidas e, como retaliação, De Gaulle passa a usar de repressão militar contra os trabalhadores e estudantes em militância.

Outra característica atípica da organização dos movimentos estudantil e trabalhista em maio de 1968, segundo Thiollent (1998), foi uma junção entre esses dois grupos, estando muitas vezes separados por pautas e gritantes diferenças de classes sociais.

No funcionamento normal da sociedade existe pouco contato entre universitários e trabalhadores. Na sua grande maioria, os estudantes provêm das classes média e alta. A vida social é organizada de modo separado. Os estudantes são concentrados em campi ou em centros urbanos onde prevalece o setor terciário. Os trabalhadores se concentram na periferia da cidade, nos subúrbios ou cidades-dormitórios. A localização no espaço urbano, a estrutura da jornada de trabalho e as clivagens socioculturais no lazer afastam estudantes e operários. Em maio de 1968 criou-se espontaneamente um relativo rompimento dessa separação. Pela primeira vez, estabeleceu-se um contato direto entre estudantes e operários nas ruas, nas assembleias, em debates improvisados, nos comitês de bairro, na porta das fábricas; Grupos de estudantes estimulavam esse contato, às vezes barrados por representantes de sindicatos. Por sua vez, muitos trabalhadores, individualmente ou em pequenos grupos, procuravam a discussão com estudantes nas universidades ocupadas. A principal forma na qual se manifestava o diálogo entre estudantes e trabalhadores era o comitê de ação em diversos bairros. Nos meses que seguiram aos acontecimentos, tais comitês se esvaziaram, foram controlados por pequenos grupos de intelectuais doutrinários e finalmente desapareceram. (Thiollent, 1998, p. 77-78)

O episódio abordado leva à compreensão da possibilidade de união de movimentos sociais distintos, não antagonistas, mas diversificados em suas agendas. O Governo De Gaulle, como apontado, atacou aos interesses não de apenas um grupo, mas de dois, cada um em um momento diferente (Ponge, 2009; Thiollent, 1998), na proposta de reformulação do ensino de formação crítica em cursos de Ciências Humanas no ano de 1966 (Thiollent, 1998) e com o plano de estabilização monetária de De Gaulle em 1958, tendo como uma de suas consequências, o afrouxamento nas leis trabalhistas, de igual interesse da classe patronal (Ponge, 2009). Antes das diferenças entre classe trabalhadora e movimento estudantil, portanto, estavam suas aversões às políticas de conservadoras para a gestão acadêmica das universidades e as políticas de caráter econômico neoliberal.

As organizações desses movimentos não ocorrem de maneira espontânea, e carrega consigo uma característica a ser observada em ações de outros antigos movimentos sociais: a liderança carismática. Varela *et al.* (2018) reforçam o caráter essencial das vanguardas artísticas e grupos intelectuais em condição de líderes à chamada pela luta social.

Não menos importante foi a Passeata dos Cem Mil, em território brasileiro, no dia 26 de junho de 1968, exatos 54 dias após o início do movimento grevista de Paris. Assim como na cidade francesa, a manifestação ocorrida em junho de 1968 no Brasil apresenta características como o ataque a interesses de um determinado grupo, algo que já vinha acontecendo desde 1964 ao deflagrar-se o Golpe Militar. Resulta que no Rio de Janeiro,

local da Passeata dos Cem Mil, outro evento precedeu o conhecido, sendo este sua grande motivação.

No ano de 1968, em uma manifestação no Rio de Janeiro contra o ensino de má qualidade e o aumento do valor da refeição, estudantes se mobilizaram, porém, como esperado teve reação da polícia que acabou matando o estudante secundarista Edson Luís, com apenas dezoito anos de idade. Os estudantes não permitiram que o Instituto Médico Legal levasse o corpo, o mesmo foi levado para Assembleia Legislativa e a autópsia foi realizada no ambulatório da mesma. O velório aconteceu no saguão da Assembleia onde se reunirão mais de 50 mil pessoas e foi considerado um dos maiores atos públicos já realizados desde o golpe. Durante o velório os estudantes queimaram bandeiras americanas e cantaram o hino nacional. (Beluzzo et al., 2019, p. 214)

A manifestação que contou com certa de cem mil participantes, em protesto à ditadura, levantou diversas pautas pró-liberdade, o que envolvia o interesse de estudantes, trabalhadores e artistas, tanto que muitos dos principais influenciadores desses meios no Brasil se viram presentes no dia 26 de junho, entre eles, Caetano Veloso, Gilberto Gil, grupos e lideranças estudantis e sindicais (Antunes *et al.*, 2007).

Dentre os movimentos que ganha força no Brasil e no mundo ainda nos anos sessenta, há destaque ao Movimento Feminista. Jardim Pinto (2009) lembra a expressividade do Movimento Feminista anos após o lançamento da obra *Le Deuxième Sexe* (O Segundo Sexo), da escritora francesa Simone de Beauvoir. Ainda que sua obra tenha sido lançada em 1949, sua expressividade ascendeu na década de sessenta, quando pautas de identidade e igualdade de gêneros ganham espaço nas discussões de cunho libertário.

Diversos autores concordam com o potencial de redução do Movimento Feminista com a repressão no pós Golpe de 64, ao passo que volta a ascender no pós Maio de 68 na França, trazendo as mesmas aspirações revolucionárias ao Brasil (Jardim Pinto, 2009; Oliveira *et al.*, 2014; Lima Campos, 2017). O que pouco se comenta, porém, é o cenário propiciado por outros movimentos em sua ascensão. Não objetivando diminuir a inegável importância do Movimento Feminista, tampouco sua autonomia no processo de conquista de grandes massas, o que se toma como conclusão é a capacidade potencialização de um movimento perante outro. O Movimento Feminista é, na verdade, o terceiro movimento que aqui se discute, sucedendo o movimento grevista de operários e o movimento estudantil, potencializados a partir de suas junções. Conforme morrem as ditaduras militares nas Américas e na Europa, ainda na segunda metade do século XX, os movimentos sociais seguem apresentando suas pautas, com maior liberdade e dentro de regimes governamentais mais flexíveis.

Não diferente foi o Movimento Feminista. Sua bibliografia tem forte visibilidade a partir das discussões sobre empoderamento feminino, com a obra *O Segundo Sexo*. Em julho de 1848, porém, 101 anos antes do lançamento da obra, ocorre em Nova Iorque a *Convenção de Seneca Falls*, um dos principais eventos em que se viu a ascensão de um movimento militante pró-direitos da mulher (Silva *et al.*, 2016).

O Movimento Feminista, ao entrar em ação nos anos sessenta, passou a adotar novas pautas às estabelecidas no século XIX, o que não os caracterizaria, porém, como um novo movimento social em relação à sua primeira onda. Silva (2016) recorda que, assim como nos movimentos dos anos 60, a convenção ganhou visibilidade a partir de algumas lideranças como a feminista Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott.

Os espaços virtuais e os novos movimentos sociais

Se antes alguns movimentos sociais eram difamados e até mesmo silenciados pelas mídias tradicionais, que para garantirem a manutenção do status quo lhes negavam espaço, a internet – em específico as redes sociais – vem como alternativa às grandes mídias, se tornando a primeira mídia oficial dos movimentos, fenômeno resultante do que Aquino Bittencourt (2017) classifica como Convergência Midiática. Como enfoca a autora, a internet revolucionou em muitos campos do meio empresarial e social, quebrando paradigmas referentes aos padrões de consumo e de comunicação vigentes. O exercício cidadão, da mesma forma que nas ruas, também passou a transitar nas redes.

Ainda que muitos dos principais grupos ativistas de direitos humanos e ambientais, por exemplo, já apresentassem um forte crescimento em espaços físicos, Barreto (2017) lembra que a internet, na condição de mídia alternativa e independente, os possibilitou a ampliação de suas formas de atuação, especialmente para a realização e divulgação de denúncias.

Vale observar que o ciberespaço, onde atuam os movimentos sociais, consiste em um campo de submissão a constantes avaliações, o que exige a consciência de que a imagem dos movimentos está exposta a um público interessado em seu bom desempenho, mas também aos que têm ideias antagônicas às suas. A internet, que dá voz aos movimentos silenciados, igualmente tem o poder de silenciá-los ainda mais. Comunicar-se dentro dela significa, portanto, assumir riscos de expansão e de retração, dependendo de como ocorre o processo (Jasper, 2016).

Por outro lado, essa pressão não é novidade das mídias alternativas, nem as vantagens da exposição. Os movimentos sociais e grupos populares dos mais variados segmentos, ao alcançarem os meios de comunicação mais tradicionais como o jornal, o rádio e a televisão, têm sua visibilidade testada, pois da mesma maneira que tais veículos os vinculam a uma imagem negativa, há uma oportunidade para dialogar com um público mais amplo, que pode conhecer melhor seus verdadeiros objetivos e conquistas alcançadas (Peruzzo, 2015).

Como já mencionado, os movimentos também encontram seus antagonistas nas redes. Mudanças sociais se dão mediante conflitos e sociedades são administradas por agentes políticos. Já que a internet vem se apresentando como um meio de comunicação e organização essencial nos mais variados campos de atividade, os movimentos sociais e o processo político se apoderam da mesma, que por tendência se torna um espaço cada vez mais privilegiado para a atuação, informação, recrutamento, organização, dominação

e contraposição ao domínio antagonico. Nesse cenário, há uma acirrada disputa pela conquista do tão cobiçado ambiente virtual (Castells, 2003).

Na luta política através das redes sociais, também se demanda estratégia no processo comunicativo. Em um estudo sobre as relações de ativismo e mobilização social no Facebook, Sebastião *et al.* (2012) defendem que a participação social nas discussões políticas não ocorre apenas com a rede fornecendo tal mecanismo, de modo que a conquista da confiança de um público ainda neutro segue como um desafio a ser tomado pelos movimentos sociais. Este mesmo público talvez se disponha a compreender melhor suas ideias e a se integrar ao movimento.

Sob uma ótica positivista, pensando no Facebook e nas redes como ferramentas de luta social em esfera pública, é notória a capacidade de difusão de informações muitas vezes demasiado restritas às mídias mais tradicionais, o que qualifica o debate político, “aumentando as chances do controle social sobre o uso de verbas públicas e sobre decisões políticas e de gestão quanto à implementação de soluções para os problemas encontrados” (Deslandes, 2018, p. 3135).

Assim como a nova configuração de debate em si, uma mudança que ficou clara logo no início da segunda década do século XXI, a partir das redes sociais, foi sua utilização como mecanismo para a organização de protestos e manifestações nas ruas (Castells, 2013).

Esse novo método de organização tornou mais notória a reprovação de vários segmentos sociais a autoridades políticas que governavam na contramão do bem-estar coletivo, toma como exemplo a ascensão da Primavera Árabe (2010-2012), dos Indignados da Espanha (2011), protestos turcos e brasileiros (2013), os Coletes-Amarelos, na França (2018), entre outros (Kourliandsky, 2019).

Contudo, são evidentes algumas desvantagens em mal comunicar-se. Jasper (2016) enfatiza que um movimento social, ao não saber se comunicar com seu público, cai no fatal destino da ruptura com o mesmo, e em dado momento já não há mais qualquer representatividade de sua parte. O autor salienta que a linguagem e a evolução das pautas devem estar em acordo com sua razão de existência, desde o espaço off-line até as redes sociais.

Com novas pautas, ainda que a composição desse novo cenário conte com alguns dos mesmos agentes ascendentes em maio de 1968, Gohn (2014) classifica os novos agentes ativistas como Novos Movimentos Sociais: nova forma de atuação, novas demandas e novos agentes. Castells (2003) se opunha a uma classificação como Novos Movimentos Sociais para definir os que estariam em ascensão desde o início de século XXI, uma vez que a grande novidade seria basicamente em sua organização. De fato, no Brasil e no mundo, novos movimentos ganharam mais notoriedade ao passo que a internet se tornava mais acessível, mas suas pautas eram previsíveis, como foram na contraposição ao governo de Charles De Gaulle na França e à Ditadura Militar no Brasil.

Na decomposição das ditaduras militares latino-americanas e a chegada de novas TICs, novos modelos de ativismo social começaram a ganhar forma, atingindo uma proporção global. Apesar de crítico dos “futurólogos”, Castells (2003) previu a ascensão de uma sociedade civil global ligada por redes de computadores, potencializando estratégias de movimentos sociais. Em 2011, oito anos após o lançamento de sua obra *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*, movimentos sociais ganharam força na contraposição a governos autoritários no Grande Oriente Médio e na cobrança de promessas em países europeus. Obtendo conquistas, foram idealizadas muitas outras ações por parte de movimentos sociais nos Estados Unidos da América e na América Latina, trazendo à tona agentes conjunturais e impulsionando outros mais antigos (Castells, 2013).

Em resposta ao dilema anteriormente enfrentado pelos movimentos sociais quanto à penetração na sociedade civil (Goss; Prudêncio, 2004), o Occupy Wall Street e diversos outros movimentos conjunturais subsequentes comprovaram o potencial democrático e inclusivo da internet a partir da apropriação estratégica das mais diversas redes sociais, trazendo a seus públicos um ambiente de comunicação descentralizado, em que membros da sociedade civil, simpatizantes de pautas de algum movimento social, não são apenas representados pelo movimento, mas passam a ser representantes do mesmo, como em uma espécie de união fraternal (Castells, 2013; Gohn, 2014).

A discussão sobre a evolução cronológica dos movimentos sociais deve envolver então outros critérios a definir o que seriam antigos ou novos movimentos sociais. À parte das novas pautas, põe-se em discussão também se e como a internet altera a configuração interna desses movimentos, ou seja, se além da possibilidade de comunicação em alcance global e *realis tempus*, há uma readequação em suas essências para a participação desse novo modo de atuação.

Em adição à nova possibilidade de ampliar e potencializar ações ativistas de caráter político-social através das redes, a internet igualmente passa a evidenciar a seu caráter democrático, oferecendo ferramentas na promoção da discussão coletiva, bem como recursos para propor e organizar a participação coletiva (Luvizotto, 2016).

A partir da intenção de separar movimentos sociais novos e antigos por uma discussão de pautas, Costa (2014) aponta alguns equívocos a partir de análises de movimentos que, em diversas definições não se enquadrariam a um ou outro grupo, por aderirem a um sistema de comunicação modernizado, porém, antigas e novas pautas. O autor sugere então que, para uma classificação na qual se caiba uma distinção entre antigos e novos movimentos sociais, sem que se cometa equívocos, o método é bem simples: o momento histórico em que surge cada movimento.

Também é preciso atenção na definição do que são pautas antigas e atuais, independente dos agentes que as defendem. Ainda que a internet tenha dado as ferramentas para movimentos sociais levem a público suas visões sobre a relação entre governos latino americanos e FMI, por exemplo, não se deve desconsiderar que essa é uma preocupação de longa data.

Em seu clássico *As Veias Abertas da América Latina*, Galeano (1971), ao analisar cirurgicamente sistemas de exploração americana e europeia em países latino americanos, em diversas situações lembra o histórico de endividamentos por empréstimos concedidos pelo FMI. Vale lembrar que, assim como a luta contra as medidas de De Gaulle na França também estava condicionada ao enfrentamento de uma ditadura, muitos países latino-americanos não contaram com um cenário diferente: repressão militar, cessação de direitos políticos e mídia censurada.

Não se pode negar, porém, que, ao analisar agentes surgidos na segunda década do século XXI, mesmo que pleiteando antigas pautas e adotando ao mesmo estilo de protesto (passeatas, palavras de ordem, frases de efeito, desobediência civil, etc.), novas configurações começaram a desabrochar, ao seguir pelo que Castells (2013) e Gohn (2014) chamam de “liderança horizontal”, reduzindo poderes de comando de pequenos grupos aos quais antes se teriam como liderança e distribuindo a participantes muitas vezes tidos como “desconhecidos”. Segundo os autores, a redução de lideranças carismáticas nos protestos, que ocorreriam então a partir da internet, propiciou que o engajamento de cada participante fosse ainda maior, fazendo com que estes se sentissem ainda mais autores do novo modelo de democracia participativa que se estava construindo.

De fato, foram movimentos autônomos que, como lembra Castells (2013), começaram com pouca relevância na mídia, ganhando-a como movimentos marginais e, posteriormente, convertendo-se a movimentos detentores de simpatia por parte de muitas mídias que até então os marginalizaram, bem como de públicos que pouco a pouco passaram a aderir sua luta. As análises consideram o intervalo entre a Primavera Árabe (dezembro de 2010) e as manifestações no Brasil que tiveram início pelo Movimento Passe Livre, contra o aumento de tarifas de transportes públicos (junho de 2013). No período em questão enquadram-se vários novos agentes em diversas partes do mundo, muitas vezes aliados a movimentos mais antigos, sindicatos e partidos políticos – que tiveram menor protagonismo do que se esperava. Todos pautavam ideias de cunho progressista, de acordo com as demandas mais atuais, cada país enquadrado ao seu contexto social. De fato, o potencial de organização da internet foi indispensável, mas voltando à história, é possível lembrar que nenhuma rede social conectada à internet organizou meio milhão de grevistas na França, contra as medidas de De Gaulle, nem a Passeata dos Cem Mil, no Brasil. À parte dessa nova ferramenta, o que caracterizaria então como novos esses movimentos?

Retirando a internet como variável (que tem suas peculiaridades em relação a qualquer outro veículo de comunicação, não se pode negar) deve-se observar a diferença entre os novos e velhos agentes, para que possam ser tratados por novos ou velhos movimentos.

Todos os movimentos do período em questão (1968-2013) têm uma agenda de cunho mais progressista e social, contra grandes interesses que fortalecem o elo entre Estado e burguesia (Castells, 2013; Gohn 2014); por Internet, convocações por parte de

lideranças ou panfletagens, todas adotaram ao meio de comunicação que tinham disponível no momento e, assim, movimentaram grandes massas; anterior às manifestações mais expressivas, houve um evento em especial que culminou a indignação coletiva: atos isolados de repressão policial contra estudantes e trabalhadores em manifestos de menor relevância antes das mobilizações de maio de 68 em Paris (Gohn, 2014); o assassinato do estudante Edson Luis de Lima Souto, no Rio de Janeiro em junho de 1968 (Beluzzo, *et al.*, 2019); a autoimolação de Mohamed Bouazizi, na Tunísia, em dezembro de 2010, influenciando, além da revolta contra o governo tunisiano, outras manifestações nos países árabes, chegando até os Nova Iorque, no que resultou o movimento Occupy Wall Street (Castells, 2013); o anúncio da medida de aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus em São Paulo (Castells, 2013; Gohn, 2014); entre outros.

O que diferencia os chamados Novos Movimentos Sociais dos antigos, portanto, não são as pautas, que sempre acompanharam diferentes demandas e contextos sociais (muitas vezes temporais), não se trata do uso criativo dos veículos de comunicação disponíveis, tampouco eventos anteriores que vieram a chamar a atenção dos diversos públicos, mas o instinto de cada membro, que para chegar a um estado de espírito coletivista, precisou anteriormente se colocar como uma peça tão importante quanto qualquer outra no processo de organização e inserção.

Para compreender melhor, é necessário formular alguns questionamentos, como: quantos grevistas atuaram em maio de 68, em Paris, sem a organização e insistência de estudantes e intelectuais muito conhecidos, regional, e nacional e internacionalmente?

Sem minimizar a importância da causa, quantos adeririam à Passeata dos Cem Mil em junho de 68 sem a convocação de conhecidos líderes intelectuais brasileiros, bem como artistas de renome, entre eles os compositores e intérpretes Caetano Veloso e Gilberto Gil (posteriormente presos políticos e exilados do país)?

Houve, de fato, a participação de artistas de renome, bem como organizações políticas e sindicais entre os novos movimentos, por outro lado, essa adesão não se deu em um momento de ascensão dos protestos, tampouco seguiu sustentado tendo como justificativa a adesão desses agentes às causas. Seu caráter mostrou-se cada vez mais orgânico. Todos os grupos que tomaram frente, ainda que geridos por diversos nomes, evitaram apresentar uma liderança ou um porta voz, apenas enfatizar as pautas defendidas, vide Movimento Passe Livre durante os atos de junho de 2013 no Brasil (Gohn, 2014).

Não obstante à falta de visibilidade antes dos movimentos, diversos participantes, ainda que não fossem artistas, nem conhecidos, tampouco instruídos academicamente, tiveram seu espaço de manifestação respeitado em pé de igualdade a qualquer outro participante.

Ao tratar a participação de um protesto organizado em maio de 2011 na Espanha, meio à eurocrise, Castells (2013, p. 119) dá um relato muito claro sobre a ideia de

comunicação horizontal durante uma ação organizada pelo Movimento Indignados da Espanha:

Testemunhei pessoalmente uma mulher idosa ligando para casa de um banco em que estava sentada, perto do local da assembleia da praça Catalunya, em Barcelona, contando, quase às lágrimas, que realmente falara no encontro e fora ouvida. Ela acrescentou que “nunca antes em minha vida, essa foi a primeira vez em que falei em público”. Só o ato de falar em voz alta e coletivamente o que se tinha guardado durante anos era um ato libertador que, a curto prazo, tornou o movimento mais expressivo que instrumental.

Em complemento, Castells (2013, p. 119) reforça sua tese de que “as emoções são os motores da ação coletiva”, estando aí “uma chave para a futura mudança social”. É importante ressaltar que esse movimento mencionado pelo autor não foge à principal configuração seguida pelos outros: organização coletiva e orgânica, sem uma liderança central.

Os Novos Movimentos Sociais, na verdade, são movimentos sociais mais maduros. Mais maduros em como se portam perante uma proposta de renovação democrática, de participação popular e do aproveitamento dos meios de comunicação disponíveis, de forma mais orgânica, democrática e inteligente. Em suma, os novos movimentos sociais contam com novos agentes, são mais geradores de causas dado a nova dinâmica no processo de organização e ação trazida pela internet, mas assim como suas essências, eles não são novos, são amadurecidos.

Conclusões

Através da análise histórica fica cada vez mais claro o entendimento da dinâmica dos movimentos sociais, muitas vezes se adequando às novas TICs. Ao passo que essas TICs escancaram pautas do terceiro setor, automaticamente elas também se tornam criadoras de novos movimentos sociais. As experiências globais mostram seu potencial no processo de difusão de informações por vias alternativas e não corrompidas por diversos agentes de interesses que têm as grandes mídias em seu poder, potencializando ainda mais o interesse pelas novas TICs.

As novas discussões e pesquisas ainda encubadas devem tratar temas relacionados aos perfis de usuários dessas TICs, que também ganham notoriedade mediante levantamento de pautas que entram em desacordo a interesses científicos e de bem estar social, toma-se como exemplo os movimentos antivacina, revisionistas históricos que visam divulgar agendas ultranacionalistas e segregacionistas raciais. Em casos como esses, medidas como o gerenciamento das redes e ferramentas de denúncias são de fundamental importância para que as novas TICs não guiem a sociedade rumo a um retrocesso.

Outros mecanismos devem ser avaliados, como sistemas de rastreamento de dados nas redes por parte de terceiros, que em tese teriam por finalidade a segurança dos mesmos, mas que também geram novas discussões acerca da ética e transparência no que diz respeito ao acesso e uso desses dados. A exigência de tal fiscalização por parte de

quem a demanda revela a imperfeição das novas TICs em poder de ativistas, portanto, da mesma forma que sua eficiência deve ser avaliada (como já o é), suas políticas de acesso e a maturidade de seus usuários ainda requerem muitas melhorias.

Ainda que um sistema de fiscalização e controle de dados gere alguma repulsa, tendo como forte crítica uma dita falta de liberdade plena em espaço virtual, esta talvez seja a única via que possa garantir um espaço menos prejudicial, onde pela facilidade na disseminação de informações haja por consequência uma reprodução desenfreada de notícias falsas, representações de ódio e violência.

Referências

- Andión, Margarita. (2015). Medios sociais e ensaio documental feminista. In: Lopes, M. I. V.; Kunsch, M. M. K. (Orgs.). Comunicação, cultura e mídias sociais. São Paulo: ECA-USP, 81-92.
- Aquino-Bittencourt, Maria Clara. (2017). Convergências midiáticas e redes digitais: modelo de análises para pesquisas em comunicação. Curitiba: Editora Appris.
- Antunes, Ricardo; Ridenti, Marcelo. (2007). Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, v. 12, n. 2, 78-89.
- Baitello Junior, Norval. (2015). (A massa sem corpo), (o corpo sem massa), (a massa sem massa), (o corpo sem corpo). As redes sociais como ambientes de ausência (e fundamentalismos). In: Lopes, M. I. V.; Kunsch, M. M. K. (Orgs.). Comunicação, cultura e mídias sociais. São Paulo: ECA-USP, 17-22.
- Barreto, Gustavo. (2017). Cidadania e internet: entre a representação midiática e a representatividade política. Curitiba: Editora Appris.
- Barros, Laan Mendes. (2012). Recepção, mediação e midiatização: conexão entre teorias europeias e latino-americanas. In: Mattos, M. A.; Janotti Junior, J.; Jacks, N. (Orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador – Brasília: EDUFBA – Compós, 53-77.
- Bastos, Marco Toledo. (2012). Medium, media, mediação e midiatização: a perspectiva germânica. In: Mattos, M. A.; Janotti Junior, J.; Jacks, N. (Orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador – Brasília: EDUFBA – Compós, 53-77.
- Beluzzo, Juliana Gonçalves; Martiniak, Vera Lúcia. (2019). A atuação do movimento estudantil nas universidades públicas paranaenses durante o regime militar. *Fac. Sant’Ana em Revista*, v. 2, 204-221.
- Braga, José Luiz. (2012). Circuitos versus campos sociais. In: Mattos, M. A.; Janotti Junior, J.; Jacks, N. (Orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador – Brasília: EDUFBA – Compós, 31-52.

- Castells, Manuel. (2003). *A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Castells, Manuel. (2017). *O poder da comunicação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Castells, Manuel. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Costa, Elizardo Scarpati. (2014). *Movimentos Sociais Latino-americanos: A C'hama dos Movimentos Campesino-indígenas Bolivianos*. Jundiá: Paco Editorial.
- Deslandes, Suely Ferreira. (2018). O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. *Ciência e saúde coletiva*, v. 23, n. 10, 3133-3136.
- Fidalgo, António. (2015). Novas massas e novos poderes Massas na era da Internet. In: Lopes, M. I. V.; Kunsch, M. M. K. (Orgs.). *Comunicação, cultura e mídias sociais*. São Paulo: ECA-USP, 23-32.
- Galeano, Eduardo Hughes. (2010). *As veias abertas da América latina*. Porto Alegre: Editora L&PM.
- Gohn, Maria da Glória. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Editora Cortez.
- Gohn, Maria da Glória. (2014). *Sociologia dos movimentos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez.
- González, Jorge A. (2015). Tecnofilias y tecnofobias frente a la investigación y desarrollo de cibercultur@. In: Lopes, M. I. V.; Kunsch, M. M. K. (Orgs.). *Comunicação, cultura e mídias sociais*. São Paulo: ECA-USP, 61-80.
- Goss, Karine Pereira; Prudencio, Kelly. (2004). O conceito de movimentos sociais revisitado. *Em Tese*, v. 1, n. 2, 75-91.
- Guindani, Joel Felipe; Morigi, Valdir José. (2012). Romarias, marchas e tecnologias: as mediações e a midiatização da questão agrária contemporânea. In: Mattos, M. A.; Janotti Junior, J.; Jacks, N. (Orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador – Brasília: EDUFBA – Compós, 195-218.
- Jardim Pinto, Céli Regina. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, v. 18, n. 36, 15-23.
- Jasper, James Macdonald. (2016). *Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Kerckhove, Derrick de. (2015). Ética de transparência na era do Big Data. In: Lopes, M. I. V.; Kunsch, M. M. K. (Orgs.). *Comunicação, cultura e mídias sociais*. São Paulo: ECA-USP, 1-13.

- Kourliandsky, Jean-Jacques. (2019). Los chalecos amarillos, espejo francés de una crisis democrática universal. Recuperado de: <https://www.clacso.org/los-chalecos-amarillos-espejo-frances-de-una-crisis-democratica-universal/>
- Lima Campos, Mariana de. (2017). Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. *Revista Sociais & Humanas*, v. 30, 35-54.
- Luvizotto, Caroline Kraus. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Revista Comunicação e Sociedade*, v. 30, 297-312.
- Martino, Luís Mauro Sá. (2012). Mediação e midiatização da religião em suas articulações teóricas e práticas: um levantamento de hipóteses e problemáticas. In: Mattos, M. A.; Janotti Junior, J.; Jacks, N. (Orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador – Brasília: EDUFBA – Compós, 219-244.
- Paiva, Cláudio Cardoso. (2012). Sob o signo de Hermes, o espírito mediador: midiatização, interação e comunicação compartilhada. In: Mattos, M. A.; Janotti Junior, J.; Jacks, N. (Orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador – Brasília: EDUFBA – Compós, 149-170.
- Peruzzo, Cicilia M. Krohling. (2013). Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. *Matrizes*, v. 7, n. 2, 73-93.
- Oliveira, Laís Paula Rodrigues; Cassab, Latif Antonia. (2014). O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2014.
- Ponge, Robert. (2009). 1968, dos movimentos sociais à cultura. *Instituto de Letras UFRGS*, n. 47, 39-55.
- Rüdiger, Francisco. (2015). As redes e a armação: Da cultura do narcisismo ao fetichismo tecnológico. In: Lopes, M. I. V.; Kunsch, M. M. K. (Orgs.). *Comunicação, cultura e mídias sociais*. São Paulo: ECA-USP, 33-54.
- Santaella, Lúcia. (2015). A cultura digital na berlinda. In: Lopes, M. I. V.; Kunsch, M. M. K. (Orgs.). *Comunicação, cultura e mídias sociais*. São Paulo: ECA-USP, 93-101.
- Sebastião, Sônia Pedro; Elias, Ana Catarina. (2012). O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. *Sociedade e cultura*, v. 15, n. 1, 61-70.
- Silva, Cristian Kiefer da; Seabra, Débora Totini; Soares Júnior, Luiz Antônio. (2016). Feminismo, violência e poder: uma análise histórico-jurídica da trajetória e dos documentos que culminaram na lei maria da penha e no feminicídio. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir. UFRGS*, v. 11, n. 3, 301-334.

Thiollent, Michel. (1998). Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. Revista Social. USP, v. 10, n. 2, 63-100.

Varela, Raquel; Della Santa, Roberto. (2018). O Maio de 68 na Europa – Estado e Revolução. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 2, 969-991.